

ASSOCIAÇÃO DE CULTURA, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA MARCELINA
"Tom Jobim - Escola de Música do Estado de São Paulo"

C.N.P.J. Nº 10.462.524/0002-39

Demonstrações financeiras correspondentes aos exercícios
findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

| Conteúdo: | Páginas: |
|---|-----------------|
| Relatório dos Auditores Independentes | 1 |
| Balanços Patrimoniais | 3 |
| Demonstrações dos Resultados / Resultado Abrangente | 4 |
| Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido | 5 |
| Demonstração do Valor Adicionado | 6 |
| Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto | 7 |
| Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras | 8 |

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**Aos Conselheiros e Administradores da
Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina
“Tom Jobim – Escola de Música do Estado de São Paulo”
São Paulo - SP**

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina “Tom Jobim – Escola de Música do Estado de São Paulo” (“EMESP”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da EMESP é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da EMESP para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da EMESP. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina “Tom Jobim – Escola de Música do Estado de São Paulo” (“EMESP”), em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Adiantamento de projetos e projetos a apropriar: Consta na nota explicativa nº 5, que a Associação utilizou recursos recebidos em referência ao Contrato de Gestão 034/2008, aprovado pelo Governo do Estado, por intermédio da Secretaria da Cultura, no montante de R\$ 4.021.762, e que em

Rua Estela, 515 Bloco F Conj. 192

Vila Mariana - São Paulo, SP

04011-002

☎ (0xx11) 5085-0280

www.cokinos.com.br

função do Ofício GS/SEC nº 297/2015, a administração decidiu regularizar a baixa desse valor, em virtude de não haver expectativa de nenhuma perda.

Imobilizado: Conforme mencionado na nota explicativa nº 07 a Associação contratou em 2014 empresa especializada para efetuar o inventário físico de seu acervo patrimonial, contudo, pelo fato desse levantamento não ter sido concluído, os efeitos dos eventuais ajustes nas contas patrimoniais e de resultado não foram possíveis de serem mensurados até a emissão deste relatório.

Contas a receber – contratos de gestão: De acordo com a nota explicativa nº 6, foi registrado saldo a receber da Secretaria do Estado da Cultura, no montante de R\$ 858.288, referente ao contrato de gestão nº 01//2013. No entanto, não foi possível confirmarmos se este valor será repassado, para recompor o fundo de reserva afim de satisfazer situações de desequilíbrio financeiro ou desmobilizações futuras. Nossa opinião não contém ressalva referente a este assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado - Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, ora elaborada sob a responsabilidade da Administração da EMESP cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2016.

Cokinos & Associados
COKINOS & ASSOCIADOS
Auditores Independentes S/S
CRC-2SP 15.753/O-0


EDSON JOSÉ DA SILVA
Contador
CRC-1SP251.112/O-9
CNAI nº 2211

269

ASSOCIAÇÃO DE CULTURA, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA MARCELINA
"Tom Jobim - Escola de Música do Estado de São Paulo"
C.N.P.J. Nº 10.462.524/0002-39
BALANÇO PATRIMONIAL
Em reais

| ATIVO | | | | PASSIVO | | | |
|---------------------------------|------|-------------------|-------------------|--------------------------------|------|-------------------|-------------------|
| | N.E | 2015 | 2014 | | N.E | 2015 | 2014 |
| Circulante | | 8.167.401 | 6.726.430 | Circulante | | 7.446.048 | 6.058.430 |
| Recursos vinculados a projetos | (04) | 7.223.685 | 6.248.019 | Projeto a Executar | (10) | 6.909.867 | 5.417.036 |
| Contas a receber | (06) | 858.288 | 26 | Fornecedores | | 29.024 | 136.530 |
| Adiantamentos diversos | (07) | 79.431 | 470.857 | Encargos sociais | (11) | 33.529 | 37.203 |
| Despesas antecipadas | | 5.997 | 7.529 | Obrigações tributárias | | - | 121 |
| | | | | Provisão de férias e encargos | | 468.648 | 460.514 |
| | | | | Contas a pagar | | 4.979 | 7.026 |
| Não Circulante | | 3.403.793 | 8.083.190 | Não Circulante | | 4.125.147 | 8.751.191 |
| Realizável a Longo Prazo | | - | 4.021.762 | Exigível a Longo Prazo | | 4.125.147 | 8.751.191 |
| Projetos | (05) | - | 4.021.762 | Provisão para contingências | (13) | 721.354 | 668.000 |
| | | | | Rec. aplic. ativos permanentes | (12) | 3.403.793 | 4.061.428 |
| | | | | Projetos | (10) | - | 4.021.762 |
| Permanente | | 3.403.793 | 4.061.428 | Patrimônio Líquido | (15) | - | - |
| Imobilizado | (08) | 3.403.793 | 4.057.216 | | | | |
| Intangível | (09) | - | 4.213 | | | | |
| TOTAL DO ATIVO | | 11.571.194 | 14.809.621 | TOTAL DO PASSIVO | | 11.571.194 | 14.809.621 |


Rosane Ghedin
Diretora Presidente


Luis Roberto Teles
CT-CRC n.º 1SP182.786/O-8

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

ASSOCIAÇÃO DE CULTURA, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA MARCELINA

"Tom Jobim - Escola de Música do Estado de São Paulo"

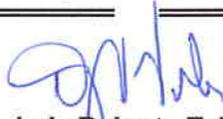
C.N.P.J. Nº 10.462.524/0002-39

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO

Em reais

| | N.E | <u>2015</u> | <u>2014</u> |
|-------------------------------------|------|---------------------|---------------------|
| | | TOTAL | TOTAL |
| RECEITAS OPERACIONAIS | | 20.625.177 | 22.444.015 |
| Receitas operacionais | | 19.995.275 | 21.693.042 |
| Recursos do contrato de gestão | (16) | 19.995.275 | 21.693.042 |
| Projetos especiais | | - | - |
| Outras receitas operacionais | | 629.902 | 750.973 |
| Outra receitas | | 805 | 616 |
| Depreciação | | 629.097 | 750.357 |
| DESPESAS OPERACIONAIS | | (20.625.177) | (22.444.015) |
| Despesas operacionais | | (20.625.177) | (22.444.015) |
| Despesas com pessoal | | (10.860.806) | (11.294.178) |
| Despesas com encargos sociais | | (3.614.185) | (3.675.879) |
| Despesas administrativas | | (1.483.062) | (2.436.986) |
| Depreciação | | (629.097) | (750.357) |
| Serviços Prestados por Terceiros | | (3.933.788) | (4.210.692) |
| Impostos e Taxas | | (104.240) | (75.923) |
| RESULTADO DO EXERCÍCIO | | <u>-</u> | <u>-</u> |
| RESULTADO ABRANGENTE TOTAL | | <u>-</u> | <u>-</u> |


Rosane Ghedin
 Diretora Presidente


Luis Roberto Teles
 CT-CRC n.º 1SP182.786/O-8

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

ASSOCIAÇÃO DE CULTURA, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA MARCELINA

"Tom Jobim - Escola de Música do Estado de São Paulo"

C.N.P.J. Nº 10.462.524/0002-39

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO

Em reais

| | N.E | <u>2015</u> | <u>2014</u> |
|----------------------------------|------|-------------|-------------|
| Patrimônio líquido | | | |
| No início do exercício | | - | - |
| Ajustes de avaliação patrimonial | | - | - |
| Resultado do exercício | | - | - |
| No final do exercício | (15) | <u>-</u> | <u>-</u> |


Rosane Ghedin
Diretora Presidente


Luis Roberto Teles
CT-CRC nº 1SP182.786/O-8

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

ASSOCIAÇÃO DE CULTURA, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA MARCELINA

"Tom Jobim - Escola de Música do Estado de São Paulo"

C.N.P.J. Nº 10.462.524/0002-39

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Em reais

| | <u>2015</u> | <u>2014</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| | TOTAL | TOTAL |
| RECEITAS OPERACIONAIS BRUTAS | 20.625.177 | 22.444.015 |
| Receitas do projeto | 19.995.275 | 21.693.042 |
| Outras receitas | 805 | 616 |
| Depreciação | 629.097 | 750.357 |
| INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS | 5.416.850 | 6.647.677 |
| Serviço de terceiros | 3.933.788 | 4.210.692 |
| Despesas administrativas e gerais | 1.483.062 | 2.436.986 |
| VALOR ADICIONADO BRUTO | 15.208.327 | 15.796.338 |
| RETENÇÕES | 629.097 | 750.357 |
| Depreciação | 629.097 | 750.357 |
| VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE | 14.579.230 | 15.045.981 |
| VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR | 14.579.230 | 15.045.981 |
| DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO | 14.579.230 | 15.045.981 |
| Pessoal e encargos | 14.474.990 | 14.970.058 |
| Impostos, taxas e contribuições | 104.240 | 75.923 |
| Superávit (Déficit) do exercício | - | - |



Rosané Ghedin
Diretora Presidente



Luis Roberto Teles
CT-CRC n.º 1SP182.786/O-8

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras



ASSOCIAÇÃO DE CULTURA, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA MARCELINA
"Tom Jobim - Escola de Música do Estado de São Paulo"
C.N.P.J. Nº 10.462.524/0002-39
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
(em reais)

| | 2015 | 2014 |
|---|------------------|------------------|
| ATIVIDADES OPERACIONAIS | | |
| Superávit (Déficit) líquido | - | - |
| Depreciação e amortização | 629.096 | 750.357 |
| Provisão para contingências | 53.354 | 174.000 |
| Superávit (Déficit) ajustado | 682.450 | 924.357 |
| VARIAÇÕES DO ATIVO E PASSIVO | | |
| (Aumento) / redução nos ativos em | | |
| Recursos vinculados a projetos | (975.666) | (971.742) |
| Adiantamentos diversos | 391.426 | 143.761 |
| Outras contas a receber | (856.730) | (3.024) |
| Aumento / (redução) nos passivos em | | |
| Projeto a executar | 1.492.831 | 536.093 |
| Fornecedores | (107.506) | (11.145) |
| Salários, férias e encargos sociais | 4.460 | 124.910 |
| Outras Contas a pagar | (2.168) | 7.147 |
| Caixa líquido proveniente das atividades operacionais | 629.097 | 750.358 |
| ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | | |
| Aquisições do ativo imobilizado | (267.354) | (367.854) |
| Baixas do ativo imobilizado | 295.892 | 5.991 |
| Caixa líquido consumido nas atividades de investimento | 28.538 | (361.864) |
| ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | | |
| Recursos aplicados em ativos permanentes | (657.635) | (388.494) |
| Obrigações patrimoniais | - | - |
| Caixa Líquido gerado nas Atividades de Financiamento | (657.635) | (388.494) |
| AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | - | - |
| Saldo de Disponibilidades no início do exercício | - | - |
| Saldo de Disponibilidades no final do exercício | - | - |
| AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | - | - |

Rosane Ghedin
Diretora Presidente


Luis Roberto Teles
CT-CRC n.º 1SP182.786/O-8

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

**Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa
Marcelina**

“Tom Jobim – Escola de Música do Estado de São Paulo”

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de
dezembro de 2015 e 2014

1 Contexto operacional

A Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina, constituída em 23 de outubro de 2008, é uma associação de direito privado, de natureza confessional, educacional, cultural, assistencial, beneficente e filantrópica, sem fins econômicos e lucrativos, que tem por finalidade a educação, a cultura e a assistência social como instrumento de promoção, defesa e de proteção da infância, da adolescência, da juventude e de adultos, em consonância com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Estatuto do Idoso, regidas pelo seu Estatuto Social e pela legislação aplicável.

A Associação mantém contrato de gestão (nº01/2013), através do Processo SC/144322/2012, com a Secretaria de Estado de Cultura do Governo do Estado de São Paulo, tendo como objeto o fomento e a operacionalização da gestão e execução, das atividades na área cultural, na Tom Jobim – Escola de Música do Estado de São Paulo (EMESP Tom Jobim). Para gerenciar esse projeto, houve uma convocação pública formalizada através da Resolução SC nº 94 de 22 de outubro de 2012, cujo resultado foi publicado no Diário Oficial Poder Executivo – Seção I de 19 de outubro de 2012, onde a Associação de Cultura Educação e Assistência Social foi declarada a organização que será a gestora dos projetos EMESP por mais quatro anos e meio, a ser contado a partir de janeiro de 2013.

A EMESP Tom Jobim tem por meta iniciar, formar e aperfeiçoar crianças, jovens e adultos, na área da música erudita e popular, conforme faixas etárias, nível de conhecimento e envolvimento musical e interesses de aprendizagem. Os critérios para classificar os alunos nos respectivos níveis, são baseados no conteúdo programático de cada curso. Os cursos oferecidos pela Escola são de pré- formação, formação continuada (1º, 2º e 3º ciclos), formação avançada (4º ciclo) e cursos modulares.

A Escola possui ainda na sua programação, atividades extracurriculares, as quais visam o intercâmbio entre os professores e artistas de outros municípios, estados e países, oferecendo, máster classes e workshops, palestras, seminários, congressos e simpósios.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial as Resoluções CFC nº 1404/12 (ITG 2002) e nº 1305/10 (NBC TG 07).

As demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2014, divulgada para fins de comparabilidade, foram reclassificadas, quando aplicável, para fins de melhor apresentação.

A presente demonstração financeira inclui dados não contábeis e dados contábeis como, operacionais, financeiros. Os dados não contábeis não foram objeto de auditoria e/ou outros procedimentos por parte dos auditores independentes.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria da Associação em 15 de janeiro de 2016.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção aos instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real e foram arredondadas, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 3c - Valor depreciável e vida útil econômica do ativo imobilizado.
- Nota explicativa nº 13 - Provisão para contingências

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Associação.

a. Instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros não derivativos

A Associação reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Associação gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Associação. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são

reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa. Os recursos financeiros que a Associação possui, mas que estão vinculados a projetos são apresentados na rubrica de recursos vinculados a projetos.

Recursos vinculados a projetos

Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente as obrigações do contrato de gestão.

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Associação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Associação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2015 e 2014.

b. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Os valores recebidos e empregados do Contrato de Gestão originados de contratos com a Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, são registrados em conformidade com a CPC 07 (R1):

- **Recebimento dos recursos:** Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido um ativo (recursos vinculados a projetos) em contrapartida a projetos a executar no passivo circulante.
- **Consumo como despesa:** Quando ocorrem os gastos do contrato de gestão, são reconhecidas as despesas e receitas correspondentes em montantes equivalentes, ou seja, sem impacto no resultado do exercício.

- **Aquisição de bens:** Quando ocorre a aquisição de bens do contrato de gestão são reconhecidos os ativos imobilizados e intangíveis, em contrapartida a uma receita diferida no passivo não circulante.
- **Rendimentos de aplicações financeiras:** Quando ocorre o rendimento de aplicações financeiras são reconhecidos os acréscimos de ativos em contrapartida a projetos a executar no passivo circulante.

Em consequência à prática contábil adotada pela Associação, os efeitos no resultado do exercício relacionados ao contrato de gestão são nulos pois todas as despesas incorridas com o projeto são vinculadas a recursos recebidos com utilização específica nesse projeto.

c. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou doação, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável acumuladas, quando necessário.

Depreciação

A depreciação acumulada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d. Intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem, basicamente, os ativos adquiridos de terceiros (softwares) e são mensurados pelo custo total de aquisição. A amortização foi calculada pelo método linear, com base nas taxas de 20% a.a., e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

e. Redução ao valor recuperável

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. A Associação não identificou nenhum ativo com redução no seu valor recuperável.

f. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Associação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

g. Receita diferida (recursos aplicados em ativos permanentes)

Os valores reconhecidos como receita diferida representam os ativos imobilizados e intangíveis recebidos em doação, mensurados ao valor justo, e ativos adquiridos de terceiros, que são reconhecidos como uma receita diferida no passivo não circulante e são reconhecidos no resultado do exercício, de acordo com o regime de competência, no mesmo prazo e pelos mesmos montantes das despesas de depreciação e amortização do ativo imobilizado em atendimento a CPC 07 (R1).

4 Recursos vinculados a projetos

| | 2015 | 2014 |
|------------------------|------------------|------------------|
| Banco conta movimento | 6.533 | 44 |
| Aplicações financeiras | <u>7.217.152</u> | <u>6.247.975</u> |
| | <u>7.223.685</u> | <u>6.248.019</u> |

Os recursos vinculados a projetos referem-se a recursos recebidos pela Associação que serão utilizados exclusivamente no contrato de gestão.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados de acordo com as médias de remuneração do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5 Adiantamento de projetos e projetos a apropriar

| | 2015 | 2014 |
|--------------------------|--------------------|------------------|
| Adiantamento de projetos | <u>Longo Prazo</u> | <u>4.021.762</u> |
| | = | |

Refere-se a recursos adicionais utilizados no Contrato de Gestão nº 31/2008 no montante de R\$ 4.021.762, suportados por recursos do Contrato de Gestão nº 34/2008, anteriormente classificados pela Associação na rubrica de adiantamento de projetos, e baixados neste exercício de 2015, em função do documento obtido da Secretaria da Cultura, através do Ofício GS/SEC nº 297/2015, onde se destaca que: “Do apontamento elencado podemos afirmar a ocorrência da falha administrativa. Fato este que, em princípio, não descaracterizou a finalidade do objeto, ou seja, tanto o interesse público a ser atingido, bem como o objetivo das ações sociais programadas foram preservados e executados. Ainda sob os aspectos das falhas processuais, que caracterizam como lapso praticado pelos agentes públicos e administradores da organização Social que gerenciavam o procedimento à época, é possível observar que a incoerência deu-se na certificação e cumprimento das formalidades impostas por força da Lei, ou seja, na ausência de assinatura do aditamento contratual pretendido entre as partes (conforme já demonstrado nos esclarecimentos da Organização Social, apresentados aos 03 de abril de 2014 a esse. C. Órgão, por meio de seu ofício SMC nº 66/2014 – Anexo 1). Cabe registrar, contudo, que essa audiência não comprometeu o bom andamento das ações praticadas, no que tange à execução da ação governamental.”

6 Contas a receber

| | 2015 | 2014 |
|---|----------------|-----------|
| Contas a receber – Contrato de gestão nº 01//2013 | 858.288 | - |
| Outras contas a receber | - | 26 |
| | <u>858.288</u> | <u>26</u> |

Este saldo refere-se a parcela prevista no contrato de gestão e que não foi recebida até o momento.

7 Adiantamentos diversos

| | 2015 | 2014 |
|------------------------|---------------|----------------|
| Adiantamento de férias | 71.824 | 470.296 |
| Outros | <u>7.607</u> | <u>561</u> |
| | <u>79.431</u> | <u>470.857</u> |

8 Imobilizado

Os bens de uso estão demonstrados com base no valor original de custo deduzido da depreciação.

| Descrição | Taxas | 2015 | | | 2014 |
|----------------------------|-------|------------------|--------------------------|------------------|------------------|
| | | Custo | Depreciação acumulada | Líquido | Líquido |
| Máquinas e Equipamentos | 10% | 549.891 | (241.174) | 308.717 | 426.789 |
| Móveis e Utensílios | 10% | 668.498 | (319.792) | 348.706 | 415.470 |
| Instrumentos Musicais | 10% | 5.456.593 | (2.853.037) | 2.603.556 | 3.103.263 |
| Ferramentas | 10% | 2.911 | (1.598) | 1.313 | 1.605 |
| Computadores e Periféricos | 20% | 959.461 | (855.492) | 103.970 | 99.301 |
| Telefones | 10% | 10.735 | (6.464) | 4.271 | 10.788 |
| Sub-total | | <u>7.648.088</u> | <u>(4.277.555)</u> | <u>3.370.533</u> | <u>4.057.216</u> |
| Imobilizado em Andamento | | 33.260 | - | 33.260 | - |
| Total | | <u>7.681.348</u> | <u>(4.277.555)</u> | <u>3.403.793</u> | <u>4.057.216</u> |

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

| | 2015 | 2014 |
|--------------------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Saldos no início do exercício | 4.057.216 | 4.430.213 |
| Adições | | |
| Instalações | - | - |
| Máquinas e Equipamentos | 38.377 | 41.450 |
| Móveis e Utensílios | 31.835 | 70.367 |
| Veículos | - | - |
| Instrumentos Musicais | 150.440 | 206.919 |
| Ferramentas | - | - |
| Computadores e Periféricos | 46.702 | 49.118 |
| Baixas Líquidas | (295.892) | (5.991) |
| Depreciações | <u>(624.885)</u> | <u>(734.861)</u> |
| Saldos no fim do exercício | <u>3.403.793</u> | <u>4.057.216</u> |

Em 2014, a Associação contratou empresa especializada para efetuar o levantamento de seus bens com o objetivo de avaliar e sanear diferenças entre o físico e o contábil. O prazo para a conclusão dos trabalhos estava inicialmente previsto para 2015, mas foi estendido até 2016.

9 Intangível

Abrange ativos incorpóreos, classificados conforme pronunciamento CPC 04, aprovado pela NBC T. 19.8, Resolução CFC nº 1.139/08 e NBC T 19.8 – IT 1 – Resolução CFC n.º 1.140/08.

| Descrição | Taxa | 2015 | 2014 |
|-----------------------|------|-----------------|-----------------|
| Software | | 97.177 | 97.177 |
| Amortização acumulada | 20% | <u>(97.177)</u> | <u>(92.964)</u> |
| | | <u>0</u> | <u>4.213</u> |

10 Projetos

| | | 2015 | 2014 |
|----------------------|--------------------|------------------|------------------|
| Projeto a executar | <u>Curto Prazo</u> | <u>6.051.579</u> | <u>5.417.036</u> |
| Projetos a apropriar | <u>Longo Prazo</u> | - | <u>4.021.762</u> |
| Total | | <u>6.051.579</u> | <u>9.438.798</u> |

Projeto a executar referem-se as recursos já recebidos pela Associação porém ainda não utilizados que serão reconhecidos no resultado de acordo com o regime de competência.

A seguir apresentamos os contratos em andamento no exercício e sua movimentação demonstrando o total de recursos recebidos pela Associação e os rendimentos financeiros desses

**Associação de Cultura, Educação e
Assistência Social Santa Marcelina – EMESP**
Demonstrações financeiras em 31 de
Dezembro de 2015 e 2014

recursos bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo) e valores despendidos com a aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado.

| | 2015 | | | | | | | Valor residual |
|--|------------------|-------------------|-------------------|-------------------------|---------------------|------------------|------------------------------------|------------------|
| | Saldo Anterior | Valores Recebidos | Valores Recebidos | Rendimentos Financeiros | Consumo | Dotação especial | Devolução de verba/Reclassificação | |
| Contrato de Gestão - Projeto EMESP (01/2013) | 5.200.712 | 19.839.513 | 858.288 | 955.439 | (19.995.275) | (267.354) | - | 6.591.323 |
| Outros Recursos | 216.325 | 102.219 | - | - | - | - | - | 318.544 |
| TOTAL | <u>5.417.036</u> | <u>19.941.732</u> | <u>858.288</u> | <u>955.439</u> | <u>(19.995.275)</u> | <u>(267.354)</u> | = | <u>6.909.867</u> |

Valores recebidos - Referem-se aos montantes financeiros efetivamente recebidos no exercício.

Valores a receber – Referem-se a valores previstos no contrato de gestão e não repassados dentro do exercício.

Rendimentos financeiros - Referem-se a rendimentos das aplicações financeiras dos recursos vinculados ao projeto que, de acordo com a norma contábil, são reconhecido no ativo em contrapartida aos projeto a executar no passivo (vide nota explicativa 3.b - práticas contábeis).

Consumo - Referem-se aos gastos que foram empregados no projeto ao longo do exercício social. Os consumos de projetos a incorrer dão origem as receitas e despesas da Entidade.

Dotação especial - Referem-se aos recursos que foram empregados na aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado.

Por força do contrato de gestão, a Associação está obrigada a cumprir determinadas metas, as quais são trimestralmente avaliadas pela Comissão de Avaliação da Execução dos Contratos de Gestão da Secretaria de Estado da Cultura. No caso de não cumprimento dessas metas, a Associação poderá sofrer penalidades que podem incorrer em redução dos repasses contratados ou até mesmo o cancelamento do contrato de gestão.

A Administração da Associação entende que em 2015 todas as metas foram cumpridas adequadamente e aguarda a formalização conclusiva da análise dos relatórios de atividades encaminhados à Secretaria de Estado da Cultura. Até o momento não houve qualquer manifestação contrária por parte desta Secretaria.

(a) Contrato de Gestão - Projeto EMESP (01/2013)

Em janeiro de 2013 foi assinado o Contrato de Gestão.º 01/2013 entre o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Cultura e Associação de Cultura, Educação Assistência Social Santa Marcelina, possui como previsão o repasse de R\$ 105.401.180 ao longo de 4 anos e meio, para o período de janeiro de 2013 a junho de 2017, pela Secretaria de Estado da Cultura, a serem empregados com o objetivo de gerenciar a Tom Jobim Escola de Música do Estado de São Paulo, sendo R\$ 20.697.801 para o ano de 2015, tendo sido recebido R\$ 19.839.513, restando um saldo a receber de R\$ 858.288.

Em 2015 matricularam-se 1.338 alunos, com um número de 1.526 atendimentos nos Cursos de Formação e Livres, e foram oferecidas 214 vagas para bolsistas em 2015. Os Corpos

Musicais tiveram atuação importante: a Banda Sinfônica Jovem do Estado de São Paulo realizou 9 concertos, atingindo um público de 6.890 pessoas; a Orquestra Sinfônica Jovem realizou 17 concertos, atingindo um público de 14.790 pessoas; o Coral Jovem do Estado de São Paulo realizou 8 concertos, atingindo um público de 1.532 pessoas; a Orquestra Jovem Tom Jobim alcançou em seus 8 concertos um público de 5.012 pessoas. (Informações não auditadas).

11 Salários e encargos sociais a pagar

| | 2015 | 2014 |
|----------------------------|---------------|---------------|
| INSS a recolher | 31.339 | 37.153 |
| Outros encargos a recolher | 2.190 | 50 |
| | <u>33.529</u> | <u>37.203</u> |

12 Recursos aplicados em ativos permanentes

| | 2015 | 2014 |
|--|------------------|------------------|
| | <u>3.403.793</u> | <u>4.061.428</u> |

Conforme demonstrado na nota explicativa 3(b), os recursos que são aplicados na aquisição de ativos imobilizados e intangível são reconhecidos como uma receita diferida no passivo não circulante e são reconhecidos no resultado do exercício, de acordo com o regime de competência, no mesmo prazo e pelos mesmos montantes das despesas de depreciação e amortização do ativo imobilizado e diferido em atendimento a CPC 07 (R1). Vide nota explicativa 8 (ativo imobilizado).

| | |
|--|------------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2014 | 4.061.428 |
| Adição de imobilizado (nota explicativa 8) | 267.354 |
| Custo residual baixado de imobilizado e intangível | (295.892) |
| Depreciação do imobilizado (nota explicativa 8) | (624.885) |
| Amortização do intangível | (4.212) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | 3.403.793 |

13 Provisão para contingências

A Associação é parte (pólo passivo) em ações judiciais envolvendo questões trabalhistas.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

| | 2015 | 2014 |
|----------------------------|----------------|----------------|
| Contingências trabalhistas | <u>721.353</u> | <u>668.000</u> |

| | 2014 | 2015 | | |
|--------------|--------------------------|----------------|-------------------|------------------------|
| | Saldo inicial | Adição | Utilização | Saldo final |
| Trabalhistas | <u>668.000</u> | <u>203.006</u> | <u>(149.652)</u> | <u>721.354</u> |

Outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível sem mensuração com suficiente segurança, no montante de R\$ 203.006 em 2015 (R\$ 668.000 em 2014) para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

14 Partes relacionadas

A Associação não possui partes relacionadas e a diretoria da Associação não são remunerados.

15 Patrimônio líquido

O patrimônio social da Associação poderá ser formado pelas doações recebidas, pelas dotações especiais e pelos superávits e/ou déficits acumulados, repassados a Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina.

Em função de a Associação ter suas operações suportadas exclusivamente por contratos de Gestão firmados com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Cultura, os resultados apresentados desde a sua constituição tem sido nulos, motivo pelo qual a Associação não apresenta patrimônio social constituído.

De acordo com o Estatuto Social, em caso de dissolução ou extinção, o patrimônio social remanescente é destinado para uma entidade beneficente congênere ou afim, sem fins econômicos e lucrativos, registrado no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, se a lei exigir e de preferência constituída pelas “religiosas Professas, irmãs Marcelinas”, conforme for fixado pela Assembléia Geral.

16 Recursos de contrato de gestão

| | 2015 | 2014 |
|-------------------------|-------------------|-------------------|
| Projeto EMESP (01/2013) | 19.995.275 | 21.693.042 |
| | <u>19.995.275</u> | <u>21.693.042</u> |

17 Cobertura de seguros

A Associação adota a política de contratar cobertura de seguros contra incêndio, risco diversos para os bens do ativo imobilizado e responsabilidade civil, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de

demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

* * *

**Rosane Ghedin
Diretora Presidente**

**Luis Roberto Teles
CRC/SP1SP182786/O-8**